

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.428.257 - RN (2014/0002742-9)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE : UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
REPR. POR : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RECORRIDO : JOSÉ EDUARDO DE ALMEIDA MOURA
ADVOGADOS : WAGNER GERALDO DA SILVA - RN005761B
ANDREIA ARAUJO MUNEMASSA E OUTRO(S) - RN000491A

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 147):

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REVISÃO DE ATO ADMINISTRATIVO. IMPOSSIBILIDADE. DECADÊNCIA. OCORRÊNCIA. ART. 54 DA LEI Nº 9.784/99. OFENSA À SEGURANÇA JURÍDICA. OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DE BOA-FÉ. PRECEDENTES.

1. Antes da Lei nº 9.784/99, que dispôs sobre o processo administrativo na esfera da Administração Federal, não havia prazo decadencial para Administração rever os seus próprios atos eivados de ilegalidade. Com a publicação dessa Lei, o prazo para a Administração questionar os atos eivados de ilicitude passou a ser de cinco anos.

2. O §1º, do art. 54, da referida lei, dispõe que, no caso de efeitos patrimoniais contínuos, o *dies a quo* do prazo decadencial de cinco anos para revisão dos atos administrativos inicia-se a partir da percepção do primeiro pagamento.

3. A competência da Administração em anular os atos supostamente ilegais, que tenham acarretado efeitos favoráveis aos administrados, extingue-se em cinco anos, salvo comprovada má-fé, não ocorrente na espécie, pelo que se afigura ilegal a decisão de alteração do reajuste das Funções Comissionadas, vez que o autor vem recebendo o valor de sua FC pago nos percentuais estabelecidos pela Portaria nº 474/87 do MEC há mais de 20 anos.

4. Ressalte-se, ademais, que o apelado adquiriu, por meio de decisão judicial, o direito de continuar percebendo os valores da sua Função Comissionada nos parâmetros da Portaria nº 474/87 do MEC, de sorte que não poderia a Administração violar o princípio da coisa julgada, do direito adquirido e da segurança jurídica.

5. Apelação e remessa oficial improvidas. Sentença mantida.

Os embargos de declaração opostos pela autarquia foram rejeitados (e-STJ, fls. 163-167).

Alega a recorrente ofensa ao art. 54 da Lei n. 9.784/1999, sob o

Superior Tribunal de Justiça

argumento de não ocorrência de decadência do direito atribuído à UFRN de anular os atos concessivos de retribuições escudados na Portaria n. 474/1987.

Sustenta ainda a inexistência de direito adquirido a regime jurídico e o respeito à irredutibilidade de vencimentos.

Contrarrazões às e-STJ, fls. 224-233.

É o relatório.

O recurso não merece conhecimento.

Observa-se que, nas razões do especial, não foi atacado um dos fundamentos autônomos do acórdão combatido, a saber, a existência de decisão transitada em julgado assegurando o direito do recorrido.

Confira-se (e-STJ, fls. 142-145):

A pretensão do autor de atrelar o reajuste dos quintos incorporados sob a égide da Lei 7.596/87, na forma da Portaria 474/87 - MEC, ao valor da remuneração do professor titular, com título de doutor e dedicação exclusiva, afirmando assim ter sido assegurado por força de decisão judicial (Processo nº 2000.84.00.000282-5) foi acolhida pelo juízo *a quo*, ao entender ter ocorrido, no caso, ofensa à coisa julgada e violação ao princípio constitucional da irredutibilidade de vencimentos. [...]

Ressalte-se, ademais, que o apelado adquiriu, por meio de decisão judicial, o direito de continuar percebendo os valores da sua Função Comissionada nos parâmetros da Portaria nº 474/87 do MEC, de sorte que não poderia a Administração violar o princípio da coisa julgada, do direito adquirido e da segurança jurídica.

A não impugnação de fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido atrai a aplicação do óbice da Súmula 283/STF, inviabilizando o conhecimento do apelo extremo. A propósito:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CONCURSO PÚBLICO. DETRAN/PE. DEFICIENTE FÍSICO. ALTERAÇÃO DA LEI QUE CONSIDERAVA O CANDIDATO COMO DEFICIENTE, DURANTE O CONCURSO. FALTA DE IMPUGNAÇÃO, NO RECURSO ESPECIAL, DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO COMBATIDO, SUFICIENTES PARA A SUA MANUTENÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/STF. DEFICIÊNCIA FÍSICA RECONHECIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. ALTERAÇÃO. REEXAME. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. Agravo Regimental interposto em 12/02/2016, contra decisão publicada em 02/02/2016.

II. Não merece prosperar o Recurso Especial, quando a peça recursal não refuta determinado fundamento do acórdão recorrido, suficiente para a sua manutenção, em face da incidência do enunciado da Súmula 283 do STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles"). No caso, a parte recorrente deixou de impugnar o fundamento do acórdão

Superior Tribunal de Justiça

recorrido, no sentido de que "a junta médica do certame em apreço aplicou a literalidade do supracitado Decreto 5296/04, o qual não estava em vigor na data da publicação do edital do certame em questão, entendendo pela desclassificação do candidato ora apelante por considerar que a sua surdez bilateral não se enquadrava na previsão de deficiência auditiva". Incidência da Súmula 283/STF.

III. Ademais, tendo o acórdão recorrido concluído pela existência de perda auditiva bilateral, suficiente a enquadrar o autor como deficiente auditivo, nos termos da lei, aferir a existência da perda auditiva, em Recurso Especial, demandaria o reexame do conteúdo fático-probatório dos autos, providência vedada, em sede de Recurso Especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ.

IV. Agravo Regimental improvido.

(AgRg no REsp 1.504.904/PE, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/4/2016, DJe 19/4/2016 - grifos acrescidos)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. ART. 535 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. INEXISTÊNCIA. FUNDAMENTO AUTÔNOMO. IMPUGNAÇÃO. AUSÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. INOCORRÊNCIA. SOFTWARE DE PRATELEIRA. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Não há violação do art. 535 do CPC/1973 quando o órgão julgador, de forma clara e coerente, externa fundamentação adequada e suficiente à conclusão do acórdão embargado.

2. Conforme entendimento sedimentado na Súmula 283 do STF, não se conhece de recurso especial quando inexistente impugnação específica a fundamento autônomo adotado pelo órgão judicial *a quo*.

3. Por força das Súmulas 282 e 284 do STF, não se conhece de recurso especial quando o dispositivo legal tido por violado, além de não ter correlação com a matéria julgada, não está prequestionado.

4. "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial" (Súmula 7 do STJ).

5. Hipótese em que o Tribunal Regional Federal, com base no acervo probatório, decidiu pela não incidência do IRRF em razão de a parte autora ter adquirido o software comercial "de prateleira", situação que afastaria o pagamento de direitos autorais/royalties, não sendo possível o reexame na via do especial.

6. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido.

(REsp 1.641.775/SP, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Rel. p/ Acórdão Min. GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13/11/2018, DJe 4/12/2018)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, I, do RISTJ, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator

